



MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

31 DE OUTUBRO DE 2018

ACTA Nº 25

-----Aos trinta e um dias do mês de Outubro do ano de 2018, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Luis Paulo Carreira Fonseca da Costa e com a presença da Senhora Vice-Presidente, Paula Inês Moreira Dinis, e dos Senhores Vereadores, Luis Miguel das Neves Campos Almeida, Érica Geraldês Castanheira, Rui Miguel da Silva, e Tyoga Shylo Norma Macdonald e comigo, Odete Maria Paiva Fernandes, Assistente Técnica.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.-----

-----O Senhor Presidente justificou a falta do Senhor Vereador Fernando Vale, que não pôde estar presente, por motivos profissionais.-----

ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:--

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**Capítulo Primeiro – Instrumentos de Gestão Financeira.**-----

Capítulo Primeiro

Instrumentos de Gestão Financeira

-----O Senhor Presidente propôs, uma vez que o PPI é indissociável do Orçamento da Receita e Despesa, que a discussão prévia a estas votações fosse feita em conjunto, relativamente aos dois documentos e no fim far-se-ia a votação em separado, como é obrigatório, tendo sido aceite por todos os presentes.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----O Senhor **Presidente** apresentou um breve resumo referente aos documentos presentes para aprovação:-----

-----"Quero começar por dizer e por reiterar algo que todos terão percebido e que reconhecerão, que tem a ver com aquilo que são as consequências dos incêndios que assolaram a região e o nosso concelho, em Outubro do ano passado. Estas contingências têm-se reflectido no decurso do último ano em exigências que têm vindo ao Município, não só naquilo que tem a ver com o esforço financeiro, mas também naquilo que tem a ver com a afectação de recursos, quer recursos humanos, quer maquinaria, em algumas intervenções que se tornaram pertinentes.-----

-----Permitam-me que sublinhe e destaque, ao nível destas contingências, aquilo que foi o esforço essencialmente técnico, ao nível do programa de reconstrução das habitações permanentes; a mesma coisa naquilo que está relacionado com a reposição da actividade produtiva das empresas que tiveram danos provocados pelos incêndios; também numa consequência dos incêndios, as intervenções efectuadas em muitas linhas de água, em muitos taludes, e isto teve muito a ver com o arrastamento de sólidos que aconteceu durante as chuvadas posteriores aos incêndios; referir também os trabalhos que estão já a decorrer de regularização fluvial do Rio Alva, algumas contenções, algumas intervenções críticas, decorrentes maioritariamente de prejuízos provocados no pós incêndio e, ao mesmo tempo, a estabilização e demolição de dezenas de imóveis que colocavam em causa a segurança de pessoas e bens. Este processo tem exigido um conjunto de meios financeiros muito significativo ao Município, e permitam-me também que refira, com carácter de destaque, a criação do programa de apoio à recuperação de habitações não permanentes.-----

-----Queria também referir, porque é algo que também está demonstrado no documento, algo que é crítico, e já falámos nisso aqui várias vezes, os equipamentos e as infra-estruturas municipais, que foram danificados pelos incêndios. Refiro-me a sinalética, rede viária, raids de protecção, alguns edifícios, em prejuízos que foram validados pela CCDRC que ultrapassam os 5,8 milhões de euros. A este respeito também já aqui disse que as candidaturas abriram no dia 3 de Setembro, terminam no dia 31 de Dezembro, e a indicação que temos é que, só depois do término do prazo, e isto porque há um montante financeiro que está pré determinado para distribuir pelo conjunto de prejuízos que sejam candidatados pelos 24 municípios, só nessa altura é que as candidaturas serão objecto de apreciação. Isto significa que continuaremos aqui, durante algum periodo, e isso é algo que não nos agrada a nós e também desagrade certamente aos nossos concidadãos, mas significa claramente mais um atraso na reposição destas situações que todos gostaríamos que já estivessem resolvidas há muito tempo.-----

-----Temos também neste Orçamento e nas GOP um aspecto que também queria partilhar convosco, e que tem a ver com a candidatura apresentada no âmbito da estabilização pós incêndio, ao PDR 2020. Trata-se de uma candidatura que envolve um pacote financeiro de validade de cerca de um milhão de euros; o que acontece é algo que é típico do nosso país, infelizmente não é sequer uma situação que tenha a ver com a burocracia nem do último meio ano, nem do último ano, nem dos últimos 6 anos, é a burocracia que temos no país, mas teve uma consequência que é muito penalizadora para estes territórios que foram afectados pelos incêndios. Está definido, do ponto de vista do conhecimento técnico, que estas intervenções de estabilização





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

pós incêndio, para terem algum resultado, nomeadamente no evitar da erosão dos solos, têm que ser feitas nos seis meses subseqüentes aos incêndios, para garantir que as chuvas que entretanto acontecem, não provoquem este processo de erosão. Aquilo que aconteceu neste processo foi que só houve resultados desta candidatura em Julho deste ano, e nessa altura o que constatámos foi que, boa parte do valor que está aprovado nesta candidatura, neste momento já não é executável; onde antes estava ainda terra, e havia uma intervenção prevista para fazer a fixação desse solo, neste momento, ou a terra já desapareceu, ou a própria natureza já fez o seu curso e já criou condições para a fixação do solo. Em resumo, destes cerca de um milhão de euros, um pouco menos, sensivelmente 600 mil euros, neste momento, com o objecto que estava definido na candidatura, já não tem razão de ser utilizados. Aquilo que estamos a fazer é tentar uma reprogramação deste valor para outras finalidades, que continuamos a considerar que são pertinentes, pese embora à data da candidatura não as tivessem deixado incluir, mas a título de exemplo, naquilo que tem a ver com a introdução de espécies autóctones, pensamos e consideramos que este valor poderia facilmente ser redireccionado para esse tipo de intervenção, sem haver aqui um acréscimo de esforço financeiro para o Estado. É neste processo que estamos a trabalhar, esperamos que do PDR 2020 tenha havido assentimento, sendo certo que se não houver acolhimento, não há nenhuma justificação para gastar estes cerca de 600 mil euros naquilo que eram as intervenções que estavam preconizadas na candidatura pelas razões que acabei de dizer.-----

-----Queria também destacar o esforço financeiro significativo que estamos a fazer, em matéria de Protecção Civil; o Orçamento e as GOP reportam grandezas na ordem de um milhão e meio de euros, e aqui temos tudo aquilo que está relacionado com o financiamento às equipas de intervenção permanente, um mecanismo novo que temos no concelho desde este ano, os apoios às Associações de Bombeiros, a limpeza dos perímetros de protecção e a faixa de gestão de combustíveis, o cadastro das propriedades no perímetro urbano, a estabilização pós incêndio e depois também algo que já referi há pouco, que tem sido muito significativo, que é a contenção e/ou demolição de imóveis que colocam em causa a segurança de pessoas e bens. Este é um processo que ainda está a decorrer e implicará ainda algum esforço financeiro no ano de 2019.-----

-----Destacar também aquilo que é uma revolução silenciosa, já falei disto algumas vezes, ao nível do Abastecimento de Água e do Saneamento; algum investimento efectuado directamente pelo município, outro no âmbito do sistema multimunicipal, mas não posso também deixar de destacar aquilo que está a acontecer neste momento no território e já não estamos a falar apenas de projectos, estamos a falar de coisas que estão de facto a acontecer, de um investimento que neste momento já contabilizamos em valor superior a 10 milhões de euros, não tenho dúvida alguma que jamais, em tempo algum, num horizonte temporal tão curto, houve um investimento com esta grandeza e com esta importância no nosso território. Permitam-me que sublinhe o que está a acontecer já com a construção da ETA na Alagoa, que já está em construção, a empreitada já está em curso, a fusão com o sistema do Feijoal, o novo reservatório de Arganil, que também já está em construção, a nova captação na Alagoa e o novo centro de comando na Alagoa. Destacar também, neste capítulo do abastecimento de água e do saneamento, um





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

investimento superior a um milhão de euros que estamos a fazer na ETAR da Relvinha, as múltiplas intervenções em matéria de abastecimento de água e saneamento que estamos a fazer no concelho e, ao mesmo tempo, dar-lhes conta que contamos, muito brevemente, que tenha início a empreitada de reabilitação dos sistemas de Vila Cova de Alva, de Pomares e do Alqueve, sendo que, o Alqueve, com esta última versão, fará a integração com o sistema de Folques.-----

-----Destacar também, porque é uma rubrica com significado expressivo no Orçamento e nas GOP, ao nível do desenvolvimento económico, o investimento que estamos a fazer na Ampliação e na Requalificação na Zona Industrial da Relvinha, com um pacote financeiro que ultrapassa os 3 milhões de euros e que, no ano de 2019, prevemos que seja executado em sensivelmente 50%. Também no capítulo do desenvolvimento económico, mantemos a aposta nas iniciativas de Dinamização do Comércio Tradicional.-----

-----Outra rubrica num sector também expressivo, do ponto de vista do esforço financeiro, e importante para o nosso concelho, o sector do Turismo; a este respeito, permitam-me que destaque o investimento que vamos fazer ao nível da requalificação do Largo Cónego Manuel Fernandes Nogueira, no Piódão, bem como a reabilitação e a refuncionalização do Posto de Turismo do Piódão. Contamos também fazer em 2019 a requalificação do posto de turismo de Arganil e, paralelamente, dar passos concretos para a concretização dos investimentos relacionados com as zonas balneares de Foz d'Égua, de Peneda da Talhada e do Casal Novo. Ao mesmo tempo, está em fase de revisão, o projecto relacionado com a Zona de Lazer das Fronhas e ainda, neste capítulo, permitam-me que destaque as parcerias e os investimentos que decorrem no âmbito da Rede das Aldeias Históricas e da Rede das Aldeias do Xisto.-----

-----A rede viária é outro programa que merece particular cuidado, pelas razões que vimos aqui falando e todos reconhecendo que ainda se exige um esforço financeiro muito significativo para colocarmos a rede viária concelhia em condições satisfatórias. Dizer-lhes também, mais a título informativo, e concretamente com expectativa, que mantemos o projecto da Reabilitação da Escola Secundária de Arganil. Há cerca de um ano falámos aqui de uma conversa que tive com a Senhora Secretária de Estado da Educação, naquilo que foi a perspectiva que me foi transmitida por ela, e naquilo que foi a disponibilidade manifestada para fazer o enquadramento de uma verba de cerca de um milhão de euros no Orçamento do Ministério da Educação para ser possível fazer esta intervenção que consideramos todos que é importante. No último meio ano tenho vindo a solicitar, de uma forma insistente e reiterada, o agendamento de uma reunião, para tentar chegar a alguma conclusão em relação a este processo, e infelizmente, até ao momento, não foi possível, mas ainda assim, mantemos este projecto no Orçamento e nas GOP, acreditando que aquilo que foi um compromisso, possa vir a ter uma resposta por parte do Ministério da Educação.-----

-----Ao nível da Cultura, quero destacar aquilo que decorre das intervenções na Capela de S. Pedro, aquilo que tem a ver com a instalação do núcleo de arqueologia, do núcleo de etnografia, bem como dos muitos eventos culturais que desenvolvemos no território, dos eventos relacionados com a preservação e divulgação do património material e imaterial, e também neste âmbito, os apoios que são concedidos às colectividades, ranchos folclóricos, tunas, filarmónicas, que são elementos muito importantes da nossa memória colectiva e da cultura da nossa terra.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Permitam-me também referir projectos que estão a ser desenvolvidos no âmbito da Modernização Administrativa, projectos que decorrem de um grande projecto que foi assumido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e que pretende colocar os municípios sensivelmente ao mesmo nível, do ponto de vista administrativo. Há aqui também um esforço muito grande para colocarmos o nosso município com ferramentas mais ágeis, mais amigáveis para o cidadão, e que lhe permitam outro tipo de relacionamento mais moderno com os serviços municipais.----

-----Destacar também alguns projectos intermunicipais, outros que não relacionados com a modernização administrativa, que estamos a desenvolver com a CIM, e aqui têm destaque muitas intervenções que estão também elencadas no Orçamento e nas GOP relacionadas com a área da Educação e também com as iniciativas no âmbito da Cultura, nomeadamente a Cultura em Rede.-----

-----Por fim, destacar e manter também a afirmação de olharmos para o nosso concelho amigo das famílias e das empresas, e aqui merece particular destaque a manutenção da taxa do IMI na taxa mais baixa do país, de 0,3%; manteremos também a devolução dos 5% do IRS que o município poderia arrecadar no IRS pago pelos munícipes que têm residência fiscal no território; para as empresas a derrama manter-se-á em 0%, naquilo que tem a ver com a incidência sobre o respectivo lucro, e também merece destaque aquilo que são os tarifários muito competitivos que temos em matéria de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos urbanos, dos tarifários mais baixos do distrito, e que consideramos que também dão ao nosso território uma componente forte de atractividade.-----

-----Muito genericamente, pretendi, com esta introdução, destacar os aspectos que me parecem mais relevantes, do Orçamento e do Plano.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Rui Silva** dizendo que “tenho que referir que lamento o curto tempo que tive para analisar um documento desta natureza, com esta envergadura e com esta dimensão, pelo que me sinto condicionado a traduzir uma avaliação tão precisa e concreta sobre o mesmo. Ouvei atentamente o Senhor Presidente da Câmara e acredito que o Senhor Presidente está bem familiarizado com este documento.”-----

-----Usou novamente da palavra o Senhor **Presidente** dizendo “peço-lhe imensa desculpa por estar a interrompê-lo, mas isso era algo que eu devia ter dito na minha intervenção; quero lamentar e apresentar as minhas desculpas a todos, pelo curto prazo que tiveram para apreciar estes documentos; queria apresentar as minhas desculpas e, ao mesmo tempo, tentar justificar que, como sabem, há uma técnica que foi em mobilidade para o município de Miranda do Corvo, que era a técnica que estava mais familiarizada com este processo; a técnica que ficou com esta responsabilidade, que já vinha a trabalhar com a Dr.^a Sara Rodrigues há algum tempo, ainda não está totalmente inteirada com todos os aspectos e foi um processo difícil para todos, difícil para esta técnica que elaborou estes documentos, para nós, que fomos vendo o tempo a passar e as coisas sem aparecerem e que depois culminou nesta situação de termos um curto prazo para cumprir, por um lado o 31 de Outubro e, por outro lado, para cumprir aquilo que devia ser um espaço mais dilatado para poderem apreciar estes documentos. Reconheço e aceito a crítica que acaba de fazer.”-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Retomou a palavra o Senhor Vereador **Rui Silva** referindo que “mesmo assim, eu e a minha colega de bancada, tentámos fazer uma análise não na especialidade, mas sim no global e é nesse sentido que o nosso entendimento sobre o Plano vai recair. Todavia, gostaria que o Senhor Presidente me ajudasse a esclarecer algumas dúvidas; certamente terá sido falta minha, mas sobre o Teatro Alves Coelho, o Plano não prevê nada? Essa era uma questão que queria colocar, porque não descobri, em termos de rubrica, nada que refira o Teatro Alves Coelho o que é estranho já que existe uma intenção, uma vontade, de poder candidatar-se num próximo programa.--

-----Por outro lado, julguei que o Senhor Presidente, na sua abordagem, também fizesse uma referência sobre os empréstimos. Tivemos muito recentemente conhecimento sobre o empréstimo de 4 milhões que não obteve aprovação, e por isso encarámos a hipótese de aceitar um empréstimo de dois milhões e meio, e era nessa perspetiva futura, para o valor remanescente aos 4 milhões, o que é que este Plano prevê em termos de empréstimos, uma vez que já existem elencados projetos já definidos em termos de execução, que vão certamente traduzir uma abertura da cota financeira de empréstimos para compensar o seu co-financiamento.-----

-----Por outro lado ainda, gostava de saber qual é, para este executivo, o projecto âncora deste Plano? Se existe um projecto âncora ou se eles sobrevivem noutros projectos e quais esses projectos que são a preocupação fundamental e que se traduzem numa melhoria das condições de vida dos nossos munícipes.”-----

-----Teve a palavra o Senhor Vereador **Luis Almeida** referindo que “estamos perante a apresentação do Orçamento e GOP para 2019, que é também o segundo Orçamento do pós-incêndio, daquele que foi o grande marco, há pouco mais de um ano, da grande tragédia que ocorreu. Esta é uma factura pesada, que, pese embora, condicione a nossa ação, não nos demove do compromisso assumido com os arganilenses em 2017. Quero com isto dizer que, apesar dos constrangimentos do pós incêndio, das enxurradas, dos problemas tidos com tempestades e toda uma série de adversidades que temos vindo a enfrentar, este é um Orçamento que nos mantém focados no rumo, daquilo que são os compromissos assumidos e elencados anteriormente e que queremos muito levar por diante e que estão vertidos no documento. Na nota de abertura e na intervenção inicial do Senhor Presidente, ficou bem patente que muitos são os projectos âncora e muitos deles se dividem numa série de áreas, ainda que, obviamente, há uma série de rubricas que têm valores de investimento avultados e significativos que num periodo normal da nossa vida quotidiana assim não o seriam, seriam de outra forma, mas dada a contingência que vivemos, este é o Orçamento possível e capaz de fazer face não só às adversidades mas também de direccionar este concelho no rumo do desenvolvimento que queremos.-----

-----Queria no entanto, destacar duas áreas, que o Senhor Presidente, de uma forma transversal assinalou, tendo sido bastante minucioso, procurando elucidar-nos sobre os grandes investimentos vertidos neste documento. Por um lado, o investimento superior a um milhão de euros na Educação, numa área em que, investir na educação é investir no futuro do concelho de Arganil; de certa forma, constitui-se como uma mais-valia e também uma das nossas prioridades. No entanto, não posso deixar de





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

lamentar a falta de resposta do Governo sobre uma matéria; falo da Requalificação da Escola Secundária de Arganil, que sendo um equipamento da responsabilidade do Ministério da Educação, necessita, com alguma urgência, de um investimento significativo, de um investimento avultado, e que, pese embora exista um compromisso verbal para com o Senhor Presidente, vemos com preocupação o tempo a passar e nem sequer vemos respondido um pedido de reunião para com a tutela e isso, de certa forma, é preocupante e a todo o nível de lamentar.-----

Outra área, a Ação Social, também tem merecido a nossa atenção, sobretudo no pós incêndio. Tudo temos feito para dar resposta a essas novas necessidades, mas queria aqui destacar o programa de apoio à recuperação das habitações não permanentes, que como devem ter reparado no documento, implica uma quantia previsível de 675 mil euros, que resulta no endividamento do Município para apoiar estas segundas habitações, fruto de um claro abandono, nesta matéria, do Governo a todos os municípios afetados por esta tragédia. Não pretendo com isto voltar a um tema que já aqui foi discutido, mas resulta, de certa forma, de uma rubrica inscrita neste documento, mais uma, em que naturalmente procura fazer face à necessidade e ao premente e importante apoio na recuperação destas segundas habitações, que de outra forma iriam continuar ao abandono e à beira de eventuais demolições, mas que, ainda assim, não deixa de ser uma verba significativa e os números são o que são, que ao estar inscrita tem que existir um corte do lado do investimento e não posso deixar de o realçar. Dando continuidade ao que foi feito em 2017, em termos de ação social, com a aprovação do plano municipal para a integração de migrantes, mas também com o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes inaugurado em Julho passado, pretendemos levar a cabo, de uma forma mais premente e no terreno, o projecto Fundo Asilo, Migração e Integração, no fundo, respostas que ajudam e visam a integração da comunidade estrangeira e o reconhecimento da sua importância no território.-----

-----Podia aqui realçar outras áreas, no entanto, escolhi estas para dar dois exemplos em que, pese embora, a falta de resposta do Governo, não deixámos de apostar, de investir e de procurar ir ao encontro das populações e também procurar dar respostas de futuro.-----

-----Termino, dizendo que naturalmente este é mais um Orçamento ambicioso, é mais um Orçamento que demonstra aquilo que tem vindo a ser o nosso trabalho, sobretudo o trabalho desenvolvido pós incêndio, um trabalho em que e não tenhamos ilusões, se vai estender ao longo deste mandato; porque como disse, a factura é muito pesada e há ainda muito trabalho para fazer; engane-se quem pense que o incêndio passou e que passado um ano está ou deveria estar tudo feito e resolvido, antes fosse, mas as coisas não funcionam assim, como todos sabemos, mas ainda assim, procuramos aqui, de uma forma muito clara, muito objectiva, e muito ambiciosa, dar resposta àquilo que foi o nosso compromisso eleitoral em 2017.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** referindo que “em relação à questão do Teatro Alves Coelho, no fundo, dar conta que é um processo em que temos vindo a trabalhar responsabilmente com a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, mas também, da mesma forma e com a mesma responsabilidade, trata-se de um processo para o qual é necessário assegurar meios financeiros significativos e que estão





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

estimados em cerca de dois milhões de euros. Relativamente a isto, entendemos que, até porque é algo que está estritamente relacionado com o Plano Estratégico de Reabilitação Urbana e com aquilo que é a nossa expectativa de acesso aos financiamentos a partir do final deste ano, com a redistribuição que certamente vai acontecer, nomeadamente em relação aos fundos que estavam alocados a entidades e/ou municípios que não têm tido execução desses mesmos fundos; em concreto, e respondendo à sua questão, consideramos esta expectativa relacionada com o Teatro Alves Coelho, na rubrica que temos aí identificada como PERU, Plano Estratégico de Reabilitação Urbana.-----

-----Em relação aos empréstimos, como falámos aqui, consideramos como devidamente aprovado, nos órgãos municipais, um empréstimo de dois milhões e meio de euros, para a intervenção naqueles projectos que sinalizámos e aprovámos e que são projectos não comparticipados por fundos comunitários; relativamente à outra componente, no fundo é conforme aqui falámos ao tempo, neste momento esse é um processo que está a aguardar, que apreciaremos aqui futuramente e novamente logo que haja novidades concretas relativamente às candidaturas que são críticas para este processo. Quero deixar tranquilidade relativamente a isto, ou seja, relativamente ao empréstimo relacionado com os projectos com comparticipação de fundos comunitários, pois como não pode deixar de ser, falaremos desse assunto aqui, num futuro que conto seja próximo.-----

-----O Senhor Vereador questionou acerca daquilo que se entende como projecto âncora neste Orçamento ou projectos âncora; considero mesmo que é das revoluções mais importantes, uma revolução silenciosa que está a acontecer, em matéria de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, paralelamente também com algumas apostas que estamos a fazer no sector dos resíduos sólidos urbanos, que no seu cômputo, entre aquilo que é o investimento municipal, aquilo que é o investimento do sistema multimunicipal, apresenta o valor de uma grandeza que nunca aconteceu num território, pelo menos num prazo temporal tão curto, e estamos a falar de cerca de dez milhões de euros. Com isto estamos a resolver problemas que são críticos e temo-los sentido particularmente aqui na vila, naquilo que está relacionado com o abastecimento de água, e abastecimento de água sentido na torneira, quando se abre a torneira termos água ou não a termos, isso é algo que é crítico, mas também naquilo que está relacionado com a qualidade; não tenho dúvida nenhuma que a nova captação e o novo sistema de tratamento, que estão já em construção na Alagoa, serão um contributo muito importante na saúde pública, que se pode salvaguardar melhor tendo água de perfeita qualidade.-----

-----Quero destacar também, porque também não deixa de ser um projecto âncora, o investimento que estamos a fazer ao nível do desenvolvimento económico, e destaco claramente a Relvinha, e volto a dizer que estamos a falar de um investimento numa ordem de grandeza de cerca de três milhões de euros. Aquilo que também já todos aceitámos e concordámos como críticos, a requalificação da rede viária, e naturalmente as intervenções relacionadas e direcionadas para o sector do Turismo, entendendo-se o Turismo como uma âncora, como um sector crítico para o território, para a atracção e criação de riqueza, não sem destacar também o investimento que estamos a fazer na área da Cultura, em componentes e matérias que consideramos muito importantes como a reabilitação da Capela de S. Pedro e





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

aquilo que é o Núcleo de Arqueologia e o Núcleo de Etnografia. Não consigo sinalizar um único projecto âncora, acho que temos aqui um conjunto de projectos, todos eles âncora e que são transversais e importantes para o território; como dizia há pouco e partilhando das palavras que manifestou o Senhor Vereador Luis Almeida, também destacando o investimento que vimos fazendo na área da Educação. É um investimento que nós temos noção que tem resultados a longo prazo, mas tem sido também muito profícuo perceber que os resultados vão aparecendo, e felizmente no nosso concelho, têm vindo a aparecer, naquilo que tem a ver com a aposta feita na área da Educação.”-----

-----Pedi novamente a palavra o Senhor Vereador **Rui Silva** dizendo que “no seguimento das palavras do Senhor Presidente, sobre o Teatro Alves Coelho, certamente seria prudente que no Plano ele estivesse individualizado, isto porque se ele estiver agregado ao PERU, fica aí circunscrito e pode-se admitir que no futuro haja outras linhas de financiamento abertas, com outros programas, onde este, ou outro projecto, possa ter devido cabimento; é uma nota que quero introduzir, se não seria mais prudente tê-lo individualizado, acho que era mais seguro e ficaríamos todos mais tranquilos.”-----

-----Em relação aos investimentos âncora, é certo que todos os investimentos que a Câmara produz, são investimentos âncora, porque todos eles são importantes; investir na Educação, investir no Turismo, investir nas estradas; na minha questão, quando me referi ao investimento âncora, não era propriamente no sentido de trazer todos estes em conjunto, era destacar uma intenção, um projecto, que tivesse subjacente uma ideia, uma forma e uma filosofia capaz de se reproduzir nas várias vertentes das áreas de intervenção, para que tenhamos mais pessoas, mais emprego, mais indústria. Era esse o sentido quando referi projecto âncora, algo que fosse importante para os munícipes e essencial para o concelho.”-----

-----Referindo-me à intervenção do Senhor Vereador Luis Almeida, que indicou que os incêndios são um pouco condicionantes, eu não vou muito por aí, porque todos os Orçamentos têm condicionantes; se não for num investimento é noutro. Um Orçamento só deixa de ser ou estar condicionado, quando é aberto, quando se pode utilizar o que for necessário; nós temos balizas e temos que nos circunscrever nelas.--

-----Quero comentar uma ideia que o Senhor Vereador Luis Almeida aqui transmitiu, que era de estarmos limitados ou não podermos fazer algumas coisas porque o Governo não faz, não dá ou não contribui. Não devemos estar amarrados a essas condicionantes, devemos sim, prepararmo-nos para o futuro com o nosso propósito bem definido, tudo o resto são complementos; e o nosso propósito é aquilo que nós somos capazes de fazer e é por aí que devemos ir e não pela forma de atirar a culpa para terceiros. É evidente que esses investimentos do Estado são uma mais-valia, em termos do que é preciso para o concelho de Arganil, mas acima de tudo, temos que criar o nosso documento, o documento que nos trará algo no futuro, que é isso que todos nós procuramos”-----

-----Usou novamente da palavra o Senhor **Presidente** esclarecendo que “já podia ter referido há pouco que, naquilo que tem a ver com o Regulamento relacionado com o





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

Programa de reabilitação das habitações não permanentes, daquele que será financiado pelos fundos municipais, fiz um contacto com o Presidente da Comissão Executiva do Fundo de Apoio Municipal que entretanto me deu conta de uma norma que está incluída na proposta de lei do Orçamento de Estado para 2019, que vem prever a possibilidade do Fundo de Apoio Municipal poder arrastar os prazos para estes processos de financiamento das habitações não permanentes; nesta sequência, de acordo com aquilo que tinha sido o compromisso assumido na Assembleia Municipal, demos conta e notificámos todos os munícipes que tinham casas sinalizadas naquelas listagens dos imóveis danificados pelos incêndios, listagens que aqui vamos apreciando e aprovando, informámos todos esses cidadãos, que tínhamos prorrogado o prazo para a apresentação das candidaturas, até 15 de Novembro, que foi a data que o Dr. Miguel Almeida, presidente da direcção executiva do FAM, me sugeriu que considerasse. Ao mesmo tempo, dar-lhes conta que, pese embora a primeira data fixada fosse uma data muito apertada, houve entrada de 26 manifestações de interesse no acesso a este financiamento.-----

-----Relativamente à intervenção que o Senhor Vereador Rui Silva fez, nós entendemos aqui que a questão do PERU, no prazo mais imediato, dentro daquilo que tem a ver com as verbas que serão descabimentadas e que estão afectas a outros projectos de reabilitação urbana, e como também já tive oportunidade de aqui dizer outras vezes, nesse momento, quando essa situação se colocar, da redistribuição das verbas para a reabilitação urbana, quem estiver mais avançado, quem tiver o trabalho de casa feito é que terá mais chance de beneficiar deste financiamento; foi essa a razão, não pretendemos ter aqui nenhum funil, antes pelo contrário, pretendemos considerar aqui esta solução. Naturalmente que, quando chegarmos até meados do próximo ano, quando deverá haver alguma definição concreta, saberemos se aquilo que é uma expectativa hoje, tem hipóteses de ser concretizada ou não. Nessa altura saberemos se se justificará fazer alguma revisão em relação a esta matéria ou se este é o caminho certo. Este enquadramento não condiciona nem deixa de condicionar, é algo que considera essa intervenção como crítica, temos vindo, num processo articulado com a Santa Casa, a desenvolver algumas definições, inclusivamente naquilo que tem a ver com o programa funcional, e contamos que este seja o caminho com maior probabilidade de sucesso."-----

-----Pedi novamente a palavra o Senhor Vereador **Luis Almeida** referindo que "em jeito de esclarecimento; de forma alguma, as minhas palavras foram no sentido de desculpabilização, mas antes de justificação e no sentido da realidade dos números; por exemplo, se analisarmos a rubrica de protecção civil na luta contra incêndios, e a sua brutal variação entre as GOP de 2018 para 2019, que em grande parte, é fruto do pós incêndio; relativamente às habitações não permanentes, quando previsivelmente se inscreve uma rubrica de 675 mil euros, para apoiar estas segundas habitações, por falta de apoio do Governo nesta matéria, é óbvio que temos que ir cortar noutro lado; as minhas palavras foram no sentido de que, pese embora as condicionantes identificadas, e há mais de um ano que andamos a falar delas, de forma alguma nos sentimos mais condicionados, de forma alguma abandonámos o nosso projecto, as nossas ideias para o concelho de Arganil, as quais foram bem explicadas, e de forma sucinta pelo Senhor Presidente, tendo procurado acrescentar, em jeito de





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

complemento; em suma e para que não restem dúvidas, não falei no sentido da desculpabilização, apenas na realidade dos factos, mas não deixo, de certa forma, de lamentar alguma falta de apoio ou de celeridade na resposta por parte do Governo, que poderia conduzir a que as coisas fossem feitas de outra forma.”-----

-----O Senhor **Presidente** referiu ainda que “às vezes, a questão dos números, tem a ver com outro aspecto que acaba por não ser em determinado momento só uma realidade que está do lado de lá, mas é uma realidade que também tem consequências do nosso lado; refiro-me por exemplo a algo que há um ano e pouco contávamos que tivesse um calendário que não fosse pior que o calendário que aconteceu no pós incêndio de Pedrógão, de Junho do ano passado, e refiro-me em concreto às intervenções relacionadas com as infra-estruturas e com os equipamentos municipais, os municípios que tiveram prejuízos decorrentes do incêndio de Junho, na altura todos diziam que tinha sido muito tempo, mas o que é certo é que, no dia 29 de Dezembro, passado meio ano, assinaram contrato para fazerem um investimento relativo à reposição das infra-estruturas e dos equipamentos municipais, e na altura da elaboração do Orçamento do ano passado, sinceramente, contava que o calendário para nós, nós todos estes 24 municípios afectados pelos incêndios de Outubro, que não fosse pior que esse calendário de Pedrógão; o que é certo é que considerámos no nosso Orçamento valores muito significativos para essas componentes, e aquilo a chegamos agora à conclusão, é que cada cêntimo que tínhamos lá considerado, terá entretanto como consequência uma não realização, do nosso lado. Quero com isto dizer que tínhamos valores muito significativos no Orçamento e nas GOP do ano passado, a contar com este tipo de financiamento, e com estes financiamentos em concreto, e aqui, quer esta situação das infra-estruturas e dos equipamentos, a estabilização pós incêndio, a própria questão da Escola Secundária era algo em que acreditávamos com alguma convicção, e pelo facto de não ter acontecido, ou por não ter sido possível, - eu até compreendo que o calendário destes 24 municípios tenha que ter sido diferentes dos outros, desde logo porque o mecanismo utilizado, no âmbito do incêndio de Pedrógão foi um mecanismo de apoio municipal, mas também já toda a gente percebeu, que os prejuízos, exceptuando aquilo que tem a ver com as vidas humanas, mas os prejuízos materiais, foram objectivamente muito mais significativos no incêndio de Outubro, e o fundo de emergência municipal não tinha dotação para a grandeza dos prejuízos de que estamos a falar; foi necessário o Governo recorrer ao Fundo Europeu de Solidariedade, o Fundo Europeu de Solidariedade também não tinha dotação para isto, só no final de Maio é que aprovou o reforço da dotação, depois a consequência disto é que só no último dia de Agosto é que a CCDR e o Governo aprovaram o Regulamento e o Despacho que veio regulamentar isto, e este arrastamento, estas indefinições, têm depois consequências na nossa execução; daqui a dois dias vamos estar todos a falar, certamente, daquilo que é o grau de execução da nossa despesa, sendo que, também como já perceberam, há grandezas muito significativas, que representam percentagens muito significativas, que não tiveram execução, por via destas circunstâncias. Isto não é a tentativa de estarmos a apontar o dedo, é de facto reconhecermos e percebermos que alguma indefinição depois também tem consequências nas próprias decisões que nós aqui vamos tomando diariamente.”-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

-----PRIMEIRO: GOP - Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes para o ano de 2019. Apreciação e votação.-----

-----Presente um exemplar do Plano acima referido, que se dá por reproduzido e que, depois de rubricado, vai ser arquivado na Secção Financeira.-----

-----Nele se consigna, nomeadamente, que o total das Grandes Opções do Plano previstas para o próximo ano ascende a 17.719.114,00€.-----

-----Terminada que foi a análise do Plano Plurianual de Investimentos para o Ano Financeiro de 2019, deliberou-se, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores Rui Silva e Tyoga Macdonald, aprová-lo e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

-----SEGUNDO: Orçamento de Receita e Despesa, Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2019. Apreciação e votação.-----

-----Presente um exemplar do Orçamento acima referido, acompanhado de memória descritiva e justificativa, que se dão por reproduzidos e que, depois de rubricados, vão ser arquivados na Secção Financeira.-----

-----Nele se consigna, nomeadamente, que se estima o montante total de receitas em 23.101.901,00€, sendo 12.661.105,00€ de receitas correntes e 10.440.796,00€ de capital e o montante das despesas em 23.101.901,00€, sendo 12.156.500,00€ de despesas correntes e 10.945.401,00€ de capital.-----

-----Terminada que foi a análise do Orçamento do Município para o Ano Financeiro de 2019, bem como do respectivo mapa de pessoal que o acompanhava nos termos do nº 2 do art. 4 da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, deliberou-se, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores Rui Silva e Tyoga Macdonald, aprová-lo e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

-----Os Senhores Vereadores Rui Silva e Tyoga Macdonald apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

-----Curiosidade e expectativa envolve a apresentação das GOP, o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, doravante designados por PLANO, para o ano de 2019.-----

-----Enquanto os mesmos documentos para 2018, nesta legislatura, se aceitaram reféns do passado, já para o ano de 2019 será, no meu entender, forçosamente diferente.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Um novo executivo que integra uma oposição que assume declaradamente uma postura de oposição construtiva, dizendo não quando acha ser não e que aplaude quando entende ser sim.-----

Sintomas de fragilidade económica, no comércio e na indústria, exigem rumo e estratégias renovadas que apoiem a produtividade e o mercado do trabalho.-----

-----Um despovoamento generalizado com incidência preocupante no setor jovem determina medidas de apoio e de incentivo ao emprego.-----

-----A quebra sistemática e progressiva do poder económico da generalidade das famílias residentes só possível sustentar e ultrapassar com maior e melhor oferta de trabalho.-----

-----Um invejável conjunto de riquezas e recursos naturais desperta uma enorme matriz de investimentos que importa despoletar.-----

-----São ingredientes suficientes para que o PLANO de 2019 seja diferente, seja arrojado e seja lúcido em relação ao que de mais é importante para o futuro do Concelho.-----

-----Todavia;-----

-----A sua análise revela que é mais do mesmo, igual ao sempre igual ao mesmo e preocupante por isso.-----

-----Com este plano o Concelho arrisca, mais uma vez, ser o campeão do, marcar passo, comparativamente a todos os outros Concelhos desta região. A situação agrava-se e a retoma começa a ser cada vez mais difícil e adiada.-----

-----A esperança perde esta oportunidade-----

-----Num PLANO de 23 milhões de euros a nota de abertura reserva:-----

---1/3 do texto para um lamento acerca dos incêndios, como a querer demonstrar, para além da importância que esta matéria nos merece com tudo ou quase tudo definido em termos de apoios financeiros, que este facto condiciona a actividade financeira do Município e que pouco mais há para além disto.-----

-----Nos restantes 2/3 aborda os temas:-----

---do serviço público de abastecimento de água com um investimento de 10 milhões, investimento este que não cabe diretamente à Câmara,-----

---da Ampliação da Zona Industrial da Relvinha e não equaciona soluções para as unidades devolutas e outras convertidas em soluções diferentes com especial afetação de uma área considerável a empresas de “ferro velho”. Não é apresentada proposta resolutive sobre o abandono do pólo industrial de Vale de Zebras, de ativação do pólo de Côja,-----

---da actividade turística circunscrita a um conjunto de investimentos em obras localizadas, quando o turismo deve ser encarado no sentido de se investir na criação de um produto turístico com envolvimento de empresas sediadas no concelho e que abranja o maior número possível de vertentes. A desgraça que recai há uma década sobre o parque de campismo municipal, no Sarzedo não colhe perspectiva de correção e de melhoria.-----

---receosamente refere, de má memória, o programa de reabilitação urbana sem sequer ter admitido reequacionar uma solução alternativa.-----

---Por fim anuncia o digital como expoente máximo para a resolução dos problemas do Concelho, como se bastasse e fazendo passar a ideia que por aí, vamos lá. Todos sabemos que não, não é suficiente.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, isto é demasiado pobre e nada encorajador para um Concelho que precisa renascer e é muito pouco para um PLANO que envolve um investimento de 23 milhões.-----

-----Essencialmente;-----

-----Pela simples razão deste PLANO passar ao largo dos reais problemas que afligem os munícipes e de não encarar com realismo e determinação as soluções urgentes para o Concelho Os vereadores Tyoga e Rui Silva Votam Contra”-----

-----**TERCEIRO: Assunção de compromissos plurianuais - Autorização Prévia da Assembleia Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos** – c), do n.º1 do art.º 6.º. Apreciação e votação da proposta.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, enviar o assunto para apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

ENCERRAMENTO

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram quinze horas e cinquenta minutos, para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

